

## **EDITORIAL**

---

### **Administração, governança e desenvolvimento**

Para o universo acadêmico e intelectual de um país com as características do Brasil, a pesquisa e o debate sobre as relações entre administração, governança e desenvolvimento constituem parte relevante e inescapável da agenda de trabalho dos principais centros de produção de conhecimento em ciências sociais “puras” e aplicadas. Isso vale também para a América Latina em geral e para todos os países que buscam superar sua condição de colonialidade.

Com efeito, a ciência da Administração, as sociologias aplicadas aos mundos do trabalho, da indústria e das organizações, os estudos organizacionais e as tecnologias gerenciais não podem se furtar de contribuir para a compreensão do impacto das relações de trabalho, da racionalidade administrativa e das práticas gerenciais sobre mudanças sociais de maior envergadura. Existem duas possibilidades de se examinar essa questão. Tomar a administração como variável independente ou explicativa e indagar-se como a (“boa”) gestão afeta o grau de progresso que as sociedades alcançam ou deixam de alcançar no desenvolvimento econômico e social. Ou assumir a administração como variável dependente e se perguntar como o desenvolvimento pode ensejar o estabelecimento de formas mais “racionais” e eficientes de gestão.

Essas questões estavam na ordem do dia nos anos 1970 quando Paulo Roberto Motta publicou na Revista de Administração Pública um artigo clássico intitulado “Administração para o desenvolvimento: a disciplina em busca da relevância” (*Revista de Administração Pública*, julho/setembro de 1972). O texto discutia os limites e possibilidades de transferência da “racionalidade moderna” dos países centrais para as economias periféricas.

Este terceiro número de Estudos de Administração e Sociedade retoma parte dessa discussão a partir da seleção dos artigos oferecidos à apreciação de seus editores e pareceristas. Essa feliz coincidência permitiu que incluíssemos entre os textos publicados um artigo convidado, de autoria de Humberto Falcão Martins, para homenagear os cinquenta anos de magistério de Paulo Roberto Motta na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde influenciou várias gerações de administradores, inclusive todos os editores deste periódico.

“Administração para o desenvolvimento: a relevância em busca da disciplina” é um glossa de Martins ao texto de Paulo Motta, publicada há alguns anos no primeiro número da revista *Governança & Desenvolvimento* (abril de 2004), do CONSAD (Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração), à época sob a direção do atual editor da EAS. O artigo republicado parte dos desafios enunciados no texto clássico de Paulo Roberto Motta – teleologia do desenvolvimento, flexibilidade e engajamento – para lançar as bases de uma nova Administração para o Desenvolvimento.

Persistindo na trilha da internacionalização a revista traz duas contribuições importantes de pesquisadores consagrados de Portugal e do Equador. Em “Como

tornar a Administração Pública um Serviço Público no contexto de estados e sociedades complexas”, Juan Mozzicafreddo, do ISCTE-IUL, de Lisboa, busca compreender as oportunidades que a Administração Pública pode aproveitar para responder aos desafios impostos pelas atuais transformações sociais – a complexidade, as demandas por participação e as exigências por qualidade, vale dizer, os desafios da governança.

Carmem Cecilia Daza Villadiego e Marcelo Fernando López Parra, em “El Discurso del Poder en las Redes de Innovación Tecnológica”, discutem a formação de redes de inovação para a geração de mudanças tecnológicas, impulsionadas pela universidade em conjunto com outras instituições públicas e privadas, para o desenvolvimento social, econômico e cultural.

“Planejamento e gestão do Programa de Regionalização do Turismo no Rio Grande do Norte”, de autoria de Maria das Graças Venâncio, analisa, a partir da contextualização do desenvolvimento do turismo no Nordeste e especial no Rio Grande do Norte, o desenho e a implantação do Programa de Regionalização do Turismo no Rio Grande do Norte, ressaltando a contribuição da atividade para o desenvolvimento do Estado.

Uma discussão bastante proveitosa sobre a percepção da população do Bairro Jardim Sandra, localizado no município de Cotia, Região Metropolitana de São Paulo, frente às questões públicas, éticas e sociais que envolvem a vida política no país é apresentada em “Políticas Públicas, Cultura Política e Governança Pública: Um estudo em uma região de vulnerabilidade social em São Paulo”, de Gilberto de Almeida Sampaio, Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, Paula Pessoa de Castro, Rafael Rodrigues de Castro. Esse estudo de caso apresenta dramas e tramas envolvidos na refundação da política. Existe forte percepção de melhoria da situação econômica em geral, mas há uma visão crítica da ação do governo federal e uma forte aspiração de fazer prevalecer fatores éticos em relação a tudo e a todos. Trata-se de chamar a atenção para outra dimensão do desenvolvimento.

Finalmente, David Araujo Campos e Fernando de Souza Coelho, em “Quem são os Reguladores das Agências Reguladoras Subnacionais? Um estudo exploratório sobre o perfil e as trajetórias de carreira dos diretores das agências paulistas”, analisam o perfil e as trajetórias de carreira dos diretores das agências reguladoras do Estado de São Paulo – ARSESP e ARTESP –, para discutir a questão da autonomia decisória dos agentes e os fatores que a condicionam. Observa-se a existência de mecanismos institucionais das agências que viabilizam a atividade regulatória e sua *accountability*, mas também se registra a possibilidade de captura dos mercados durante os seus mandatos e alguma atuação, nesse sentido, da burocracia pública ou de políticos, suscitando também questões de governança.

Que a leitura destes Estudos de Administração e Sociedade seja leve, proveitosa e prazerosa.